



EDITAL DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2026
Processo de Administrativo nº 0000147.09.01-2026

1 – DO OBJETO:

1.1 O objeto se refere à **Contratação de empresa para fornecimentos de material de consumo (MATERIAL DE LIMPEZA DE PISCINA)**, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social Família e Trabalho - SEMASFT para manutenção da piscina dos idosos, conforme Termo de Referência.

1.2 O objeto abrangerá as especificidades conforme descritas no Anexo I – Termo de Referência.

2 – FUNDAMENTOS LEGAL:

2.1. As aquisições/contratações realizadas por **Dispensa Eletrônica** enquadram-se, como dispensa de licitação, POR CONTA DO VALOR, nos termos do inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/21, e decreto nº 12.807 de 2025.

2.3 Base legal:

2.3.1. A contratação direta por dispensa de licitação encontra amparo no **art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021**, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras – Valor Atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024 para o valor de R\$ 65.492,11 (Sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos);

2.3.2. Nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a realização da dispensa, quando possível, deve ser feita por meio eletrônico, de forma a garantir maior transparência, competitividade e eficiência à contratação:

§ 3º. Sempre que possível, a contratação direta será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, para a obtenção de propostas adicionais.

2.3.3. Assim, a administração pública optou pela modalidade de **DISPENSA ELETRÔNICA**, conforme os princípios da publicidade, eficiência e isonomia.

a) Contratação de empresa especializada em fornecimento de sistema de informática abrangendo a licença de uso de programa, a implantação, a manutenção, o suporte, o treinamento e orientação dos usuários do sistema e suporte técnico, o qual será utilizado pela fiscalização local.

2.5. O valor estimado foi apurado com base em pesquisa de preços de mercado de forma local, considerando, estando dentro do limite legal para dispensa (R\$ 50.000,00).

2.6. A adoção da **Dispensa Eletrônica** promove maior competitividade e transparência, além de ser mais célere e eficaz, ampliando o alcance de fornecedores interessados, especialmente os de pequeno porte, como preconiza a Lei nº 14.133/2021.

2.7. Considerando a natureza e o valor da contratação, o atendimento aos requisitos legais, a vantajosidade da proposta, e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da economicidade, publicidade e eficiência, justifica-se a instauração de processo de contratação direta por dispensa de licitação na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.





2.8. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico deste **Termo de Referência**.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

3.1. A presente dispensa de licitação eletrônica dar-se-á por meio da Plataforma **LICITANET** com base legal na Lei Federal 14.133/21 e Lei Complementar 123/2006.

3.2. Poderão participar desta licitação as interessadas estabelecidas no País, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste termo, previamente credenciadas como fornecedores na Plataforma **LICITANET** (<https://licitanet.com.br/>).

3.3. O **Aviso Dispensa Eletrônica nº 005/2026** será publicado exclusivamente no sítio da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO/ PORTALTRANSPARENCIA, AROM e www.licitanet.com.br no dia **17 de Abril de 2026**.

3.3.1. Serão aceitas as propostas apresentadas até às **07h59min. (DF) do dia 24 de Abril de 2026**.

3.3.2. A abertura das propostas e etapa de lances dar-se-á às **08:00h (DF) do dia 24 de Abril de 2026 até às 14:00h(DF)**.

4 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

4.1. A participação dos interessados, no dia e hora fixados para a abertura das propostas dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio eletrônico, não sendo aceitas quaisquer propostas por forma diversa.

4.2. A proposta deverá conter obrigatoriamente:

4.2.1. Papel com timbre da empresa onde deverá constar de modo legível, o valor cotado em reais (R\$) – unitário e total;

4.2.3. Prazo de validade da proposta, sendo o mesmo, no mínimo de 60 dias;

4.2.4. Prazo de entrega dos produtos será conforme Termo de Referência, anexo I;

4.2.5. A proposta que não estipular o prazo de validade será considerada válida por 60 dias;

4.2.5. O descumprimento do prazo de entrega acarretará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total da obrigação, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do total da obrigação;

4.2.6. É facultado ao órgão que lança o presente edital, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 horas.

5 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

5.1. As propostas lançadas pelo fornecedor na **LICITANET** de acordo com as especificações e exigências legais deste termo serão classificadas conforme o preço, por item, sendo considerado o vencedor o fornecedor que apresentar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

5.2. O não atendimento dos requisitos para participação ensejará a desclassificação da proposta no sistema e o impedimento automático da participação na disputa.





5.3. Todos os preços unitários, ofertados pela licitante vencedora ao final da disputa de lances, deveram ser menor que o valor orçado pela administração, na adequação da proposta final no sistema, bem com no envio da proposta reajustada.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

6.1 Habilitação Jurídica

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- j) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-





A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- f) Certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU, [Certidões Administração Pública Federal \(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br\)](#);
- g) Certidão Negativa – CAGEFIMP, Governo do Estado de Rondônia (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>),

6.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3 Qualificação econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II](#));

6.4 Qualificação Técnica

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação;

1 – A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do projeto em questão.

2 – Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo Agente de Contratação.

3 – Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4 – Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível.

5 – Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.

6 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.





7 – Caso o parecer não ateste a compatibilidade e o produto não atenda as necessidades do município, a proposta deverá ser rejeitada.

8 – O atestado poderá ser substituído por notas fiscal de venda de matérias ou prestação de serviços iguais ou semelhantes ao objeto deste edital.

6.5 Declarações

6.5.1 Das **Declarações** que deverão ser marcadas no **Sistema de licitações**, em campo próprio e em caso de sua ausência, deverão ser apresentadas em papel timbrado a seguir:

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;
- d) Declaração de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;
- e) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, inciso I);
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV). Esclarece-se que, se o sistema de licitações já possuir as declarações mencionadas anteriormente, o licitante não precisará fornecê-las novamente.

6.6 Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, prorrogáveis por igual período, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

6.7 O prazo assegurado no subitem anterior terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

6.8 A não regularização da documentação no prazo previsto no sub-item do **Termo de Referência**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei Federal no 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

6.9 A documentação deverá ser encaminhada em sistema próprio, ou por e-mail a ser indicado no instrumento convocatório, em horário compatível com a necessidade de anexar os documentos.

6.10 O prazo poderá ser prorrogado a critério do Agente de Contratação, e caso não seja atendido pelo fornecedor participante, poderá convocar o próximo colocado.

7 – DA INEXISTÊNCIA DE FASE RECURSAL:

7.1 Esta contratação será realizada por Dispensa de Licitação, em formato eletrônico, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e do Decreto nº 10.024/2019, aplicando-se, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.





7.2 Por se tratar de procedimento de dispensa de licitação, não se aplica a fase recursal prevista para os procedimentos licitatórios, conforme o art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o processo será instruído e decidido diretamente pela autoridade competente.

7.3 Eventuais manifestações, impugnações ou pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados até a data limite fixada para o envio das propostas, nos termos do edital, não cabendo recursos após a decisão de adjudicação e homologação.

7.4 A decisão da autoridade competente, que ratificar a dispensa de licitação, é final e irrecorrível, passando o processo imediatamente à fase de contratação, observadas as formalidades legais e regulamentares.

8 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 03.00 – Fundo Municipal de Assistência Social;
Unidade: 03.001 – Sec. Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT;
Funcional: 08.244.16 – Assistência Comunitária;
Projeto/Atividade: 1.015 – Executar e Incrementar os Serviços de Assistência Social;
Elemento: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo;
Recurso: 2.660.0000.0000 – Recurso Federal;
Código reduzido: 517

Órgão: 03.00 – Fundo Municipal de Assistência Social;
Unidade: 03.001 – Sec. Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT;
Funcional: 08.244.16 – Assistência Comunitária;
Projeto/Atividade: 1.015 – Executar e Incrementar os Serviços de Assistência Social;
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo;
2.661.0000.0000 – Recurso Estadual;
Código reduzido: 517

Órgão: 03.00 – Fundo Municipal de Assistência Social;
Unidade: 03.001 – Sec. Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT;
Funcional: 08.244.16 – Assistência Comunitária;
Projeto/Atividade: 2.053 - Gerir, Coordenar e Estruturar a Administração da SEMASFT;
Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo;
Recurso: 1.500.0000.0000 – Recurso Próprio;
Código reduzido: 268

Recursos: (X) Próprio (X) Programas Federais (X) Estadual

9 – DO PAGAMENTO:

9.1 Conforme critérios estipulados no Termos de Referência – Item 09:

- a) Recebimento: Termo de Referência – Item: 09 Subitens: 9.2 (9.2.1 – 9.2.2 – 9.2.3 – 9.2.4 – 9.2.5);
- b) Pagamento: Termo de Referência – Item: 09 Subitens: 9.3 (9.3.1 – 9.3.2);

9.2 Antecipação de Pagamento:

- a) Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência.

9.3 Cessão de Crédito:





a) Não haverá cessão de crédito devido às peculiaridades do processo licitatório e aquisição dos itens/prestação de serviços.

10 – INFORMAÇÕES GERAIS:

10.1. Para obter maiores informações sobre como participar da Dispensa Eletrônica, a empresa poderá entrar em contato no (Setor de Licitações) ou através do e-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br.

10.2. A Administração Pública se reserva no direito de:

10.1.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

10.1.2. Revogar por interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

10.1.3. Qualquer modificação no presente Termo será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

10.1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

10.1.5. Ao Agente de Contratação/Comissão ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

10.1.6. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

10.1.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO.

10.1.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.1.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.1.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

10.1.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública da **Dispensa Eletrônica**.

10.1.12. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Termo, o lance é considerado o da proposta de preços.

10.1.13. As normas que disciplinam esta **Dispensa Eletrônica** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, a finalidade e a segurança da contratação.

10.1.14. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.





10.1.15. O presente Termo e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

10.1.16. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

10.1.17. Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

10.1.18. Havendo divergência entre as exigências contidas no Termo e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o **Edital de Dispensa Eletrônica**, o **Termo de Referência**, e por último os demais anexos.

10.1.19. O **Termo de Dispensa Eletrônica** e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.licitanet.com.br/>, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site www.candeiasdojamari.ro.gov.br/licitacao Portal Transparência: https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/.

10.1.20. Este **Edital de Dispensa Eletrônica** deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

10.1.21. Quaisquer informações complementares sobre o presente **Edital de Dispensa Eletrônica** e seus Anexos poderão ser obtidas pelo **E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br**, ou na sede Prefeitura de Candeias do Jamari/RO.

11 – FORO:

11.1 – Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, **Seção Judiciária de Porto Velho/RO**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

12 – DO ANEXOS:

12.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta;

ANEXO III – Declaração de Autenticidade;

ANEXO IV – Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

ANEXO V – Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C. F/1988.

;

Candeias do Jamari – RO, **16 de Abril de 2026**.

LUCIVALDO SILVA DA COSTA
Agente de Contratação – SML/PMCJ/RO
Matrícula: 4240

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



ANEXO – II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO

DISPESA ELETRÔNICA Nº 005/2026

PROCESSO Nº 0000147.09.01-2026

LICITANTE:

CNPJ:

TEL:/ FAX:/ E-MAIL:/ ENDEREÇO:

C. CORRENTE:/ AG:/ BANCO:

Prazo de Validade da Proposta:

Prazo de Garantia do Objeto:

Prazo de Entrega:

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Unid.	Gódigo	Marca/ Modelo	V. Unit.	V. Total
01							
02							
03							
04							
05							
Total geral							

Valor R\$:

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Outras informações:

DECLARAMOS que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no **Termo de Referência**.

DECLARAMOS que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



ANEXO – III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO
DISPESA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO Nº 0000147.09.01-2026

LICITANTE:
CNPJ:

A empresa (**RAZÃO SOCIAL**), devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º (**00.000.000/0000-00**), sediada no endereço (**LOGRADOURO/ Nº/ BAIRRO/ CIDADE/ UF/ CEP/ TELEFONE/ E-MAIL**), neste ato representado pelo(a) (**NOME COMPLETO**) portador do CPF nº (**000.000.000-00**), **DECLARA** que os documentos apresentados para o certame denominado **Dispensa Eletrônica Nº 005/2026**, são autênticos.

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



ANEXO – IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO
DISPESA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO Nº 0000147.09.01-2026

LICITANTE:
CNPJ:

A empresa (**RAZÃO SOCIAL**), devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º (**00.000.000/0000-00**), sediada no endereço (**LOGRADOURO/ Nº/ BAIRRO/ CIDADE/ UF/ CEP/ TELEFONE/ E-MAIL**), neste ato representado pelo(a) (**NOME COMPLETO**) portador do CPF nº (**000.000.000-00**), DECLARA, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Dispensa Eletrônica Nº 005/2026**, instaurado pelo **Processo Administrativo n.º 0000147.09.01-2026**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



ANEXO – V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO

DISPESA ELETRÔNICA Nº 005/2026

PROCESSO Nº 0000147.09.01-2026

LICITANTE:

CNPJ:

A empresa (**RAZÃO SOCIAL**), devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º (**00.000.000/0000-00**), sediada no endereço (**LOGRADOURO/ Nº/ BAIRRO/ CIDADE/ UF/ CEP/ TELEFONE/ E-MAIL**), neste ato representado pelo(a) (**NOME COMPLETO**) portador do CPF nº (**000.000.000-00**), DECLARAMOS, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **LUCIVALDO SILVA DA COSTA**, CPF: 469.34*. **2-*9 em **16/04/2026 12:45:14**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1260.5Z45.614X.A422.6341**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.4C1.7DA** - Tipo de Documento: **EDITAL**.

Elaborado por **ELISÂNGELA BARRETO DE OLIVEIRA**, CPF: 968.63*. **2-*4, em **16/04/2026 - 12:27:41**

Código de Autenticidade deste Documento: 1278.1A27.7417.A72Z.2122

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	980681-PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO	ROZANGELA MARIA COSTA BORGES	30/03/2026 11:01 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		0000147.09.01-2026

1. OBJETO

1.1 Constitui o objeto da presente contratação direta por dispensa de licitação a aquisição de produtos de limpeza, higienização e tratamento de água destinados à manutenção das piscinas do Centro de Convivência do Idoso – CCI, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no município de Candéias do Jamari/RO, por meio de contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133 de 2021, considerando o limite de dispensa de licitação por valor, atualizado pelo Decreto nº 12.807 de 2025, bem como as normas estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 8.768 de 2023.

1.2. A contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de INSUMOS PARA PISCINA.

1.3 A presente contratação direta por dispensa de licitação, conforme tabela abaixo apresentada no Termo de Referência

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1	Sulfato de alumínio, aspecto físico pó ou grânulos cristalinos, incolor a branco, fórmula química $Al(SO)_4 \cdot xHO$ (hidratado), peso molecular 342,14 + $x(HO)$ g/mol, grau de pureza mínimo de 16,5% em óxido de alumínio, número CAS 17927-65-0. Fornecimento por quilo.	KG	1.060
2	Carbonato de sódio (barrilha leve), aspecto físico pó branco, higroscópico, inodoro, fórmula química $NaCO$ anidro, peso molecular 105,99 g/mol, pureza mínima de 99%, número CAS 497-19-8. Fornecimento por quilo	KG	1.100
3	Hipoclorito de cálcio, aspecto físico pó branco granulado, odor de cloro, fórmula química $Ca(ClO)$ anidro, peso molecular 142,98 g/mol, pureza mínima de 98%, teor mínimo de cloro 65%, número CAS 7778-54-3.	KG	500

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a adequada limpeza, higienização e tratamento da água das piscinas utilizadas nas atividades desenvolvidas pelo Centro de Convivência do Idoso (CCI), pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

2.2 A manutenção adequada dessas piscinas é fundamental para assegurar condições sanitárias seguras, qualidade da água e prevenção de riscos à saúde dos usuários, especialmente considerando que os serviços ofertados atendem, em sua maioria, pessoas idosas e usuários em situação de vulnerabilidade social.

2.3 A utilização contínua das piscinas para atividades físicas, recreativas e terapêuticas exige tratamento periódico da água e limpeza adequada das estruturas, sendo indispensável o uso de produtos químicos específicos e equipamentos apropriados, tais como clorantes, agentes de correção de pH, decantantes e acessórios de limpeza.

2.4 A ausência desses insumos pode comprometer a qualidade da água, ocasionar proliferação de microrganismos e inviabilizar a realização das atividades programadas, prejudicando diretamente os serviços prestados à população.

2.5 Dessa forma, a aquisição dos materiais torna-se necessária para assegurar o funcionamento regular das piscinas, manter padrões adequados de higiene e garantir a continuidade das ações socioassistenciais desenvolvidas nas unidades, contribuindo para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida dos usuários atendidos pelo município.

2.6 A contratação será realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133 de 2021, considerando que o valor estimado da contratação encontra-se dentro do limite legal estabelecido para essa modalidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Foi realizado levantamento junto ao funcionário responsável pela manutenção das piscinas, com intuito de consolidar a quantidade para efetuar um procedimento licitatório abrangendo todas as demandas descritas.

3.2 A Contratada deverá obedecer integralmente às disposições do Código da vigilância sanitária, das Instruções de Serviço do PNAE – e suas alterações, e das Resoluções da ANVISA e demais normas vigentes;

3.3 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições e data de vencimento a vencer posterior a 90 dias, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de garantia ou validade;

3.4 A contratada deverá executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas pela secretaria, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante;

3.5 A Contratada deverá realizar as entregas na Secretaria Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho de acordo com os quantitativos constantes nas Autorizações de Fornecimento que serão enviadas.

3.6 A aquisição de insumos para manutenção das piscinas, tem como objetivo, manter as atividades das unidades em perfeita continuidade.

3.7 A solução a ser contratada consiste na aquisição de insumos químicos específicos para limpeza, higienização e tratamento da água das piscinas, compreendendo o fornecimento de produtos adequados para garantir a qualidade físico-química e sanitária da água, bem como a manutenção contínua das condições de uso seguro pelas unidades atendidas.

3.8 A contratação contempla o fornecimento de produtos essenciais ao tratamento de piscinas, tais como sulfato de alumínio, carbonato de sódio (barrilha leve) e hipoclorito de cálcio, os quais serão utilizados nos processos de:

- coagulação e decantação de impurezas;
- correção do pH da água;
- desinfecção e eliminação de microrganismos.

3.9 A solução adotada caracteriza-se como fornecimento parcelado ou integral de bens de consumo, conforme a necessidade da Administração, garantindo o abastecimento contínuo das unidades do Centro de Convivência do Idoso – CCI, da SEMASFT e do CREAS.

3.10 A escolha da solução baseia-se na utilização de produtos padronizados e amplamente empregados no tratamento de água de piscinas, com eficiência comprovada, fácil aplicação e conformidade com as normas sanitárias vigentes, assegurando a proteção à saúde dos usuários e a adequada conservação das estruturas físicas.

3.11 Adicionalmente, a solução não envolve serviços complexos ou especializados, restringindo-se ao fornecimento dos insumos, o que permite maior competitividade entre fornecedores e economicidade na contratação.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O fornecimento será efetuado de forma parcela conforme requisição emitida pela secretaria, com prazo de entrega não superior a 5 (dias) úteis conforme o cronograma dos dias da manutenção de cada unidade, contados a partir do recebimento da nota de fornecimento.

4.2. O fornecimento só será efetivado após emissão mediante Ordem de Fornecimento expedida pelo responsável pela pasta;

4.3. O transporte dos produtos será acompanhado de nota fiscal, a ser encaminhada uma via no endereço sito à Rua Princesa Isabel 1150 Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia, email: semasf@candeiasdojamari.ro.gov.br no prédio da SEMASFT;

4.4. Qualquer produto estabelecido no presente edital, estará sujeito a aceitação e verificação da conformidade do produto com a especificação, no ato da entrega. Os produtos que forem recusados por inconformidade, deverão ser **substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, contados a partir da data de notificação expedida pelo servidor responsável pelo seu recebimento e/ou nutricionista, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei 14.133/21.

4.5 Os produtos serão rigorosamente fiscalizados pela comissão de recebimento, que poderá não os aceitar, no total ou em parte, se os mesmos deixarem de atender às exigências, sem que caiba à contratada qualquer indenização.

4.6 No ato da entrega o funcionário da contratada deve requerer a assinatura do funcionário responsável pelo recebimento, em um documento que comprove a aceitação e confirmação das quantidades entregues. Este documento deve ser entregue juntamente a nota fiscal na Secretaria de Assistência Social.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 Rotinas de Fiscalização Contratual

5.1.1. As partes deverá executar fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas no Termo de referencia e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115 da Lei nº 14.133/2021).

5.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021).

5.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021 caput).

5.1.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021).

5.1.4.1. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2º da Lei nº 14.133/2021).

5.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

5.1.7 Inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

5.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

5.1.10. Após a homologação ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

5.1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6. METODOLOGIA PARA AQUISIÇÃO DO OBJETO

6.1 A aquisição de produtos de limpeza, higienização e tratamento de água destinados à manutenção das piscinas do Centro de Convivência do Idoso – CCI, da Secretaria Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, será realizada por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os limites de valor atualizados pelo Decreto nº 12.807/2025, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

6.2 Para a formalização da contratação, a Administração realizará pesquisa prévia de preços junto a fornecedores do mercado local e regional, por meio de consultas a estabelecimentos comerciais, orçamentos formais, pesquisa em meios eletrônicos e/ou contratações públicas similares, com o objetivo de aferir o preço médio de mercado e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

6.3 Após a definição do valor estimado, será procedida a seleção do fornecedor que apresente a proposta com menor preço global, desde que atendidos os requisitos técnicos, qualitativos e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, bem como os requisitos mínimos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, quando aplicável.

6.4 O fornecimento dos insumos para piscina, deverá atender às especificações técnicas, padrões de qualidade, validade mínima, condições de armazenamento e normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pelos órgãos de vigilância sanitária competentes.

6.5 A entrega dos produtos ocorrerá de forma integral ou parcelada, conforme definido neste Termo de Referência, mediante emissão de Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, no prazo estipulado, no local indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT.

6.6 A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, responsável por verificar a conformidade dos produtos entregues com as especificações contratuais, bem como por atestar o recebimento definitivo para fins de liquidação da despesa.

6.7 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, respeitados os prazos e condições previstos no instrumento contratual e na legislação vigente.

6.8 Todo o procedimento será devidamente formalizado e registrado nos autos do processo administrativo, assegurando a transparência, rastreabilidade e controle, em atendimento às exigências dos órgãos de controle interno e externo.

7. FORMA E CRITÉRIO SELEÇÃO DE FORNECEDOR

7.1 A contratação do objeto deste Termo de Referência dar-se-á por meio de Dispensa de Licitação, em razão da urgência na aquisição de produtos de limpeza e higienização destinados à manutenção das piscinas, decorrente da necessidade de aquisição de itens fracassados no Processo nº 3183/2025, imprescindível nova contratação para assegurar o regular funcionamento das atividades desenvolvidas nas unidades assistenciais

7.2A presente contratação encontra-se legalmente amparada no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para compras e serviços de pequeno valor, desde que observados os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e do interesse público.

7.3 Conforme atualização dos limites promovida pelo Decreto nº 12.807/2025, os valores máximos para dispensa de licitação são: Até R\$ 130.984,20 para obras e serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores; Até R\$ 65.492,11 para compras e outros serviços, hipótese em que se enquadra a presente contratação.

7.4 Considerando que o valor estimado da aquisição dos produtos para manutenção das piscinas encontra-se dentro do limite legal vigente, resta plenamente caracterizada a hipótese legal de dispensa de licitação.

7.5 A utilização da dispensa de licitação justifica-se, ainda, pela necessidade de atendimento célere e eficaz das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT, considerando que os materiais solicitados são indispensáveis para a manutenção adequada das piscinas utilizadas nas atividades desenvolvidas pelo Centro de Convivência do Idoso (CCI) e demais unidades vinculadas.

7.6 A adoção desse procedimento permite maior agilidade na aquisição dos insumos necessários, evitando prejuízos à continuidade das atividades socioassistenciais e garantindo condições adequadas de higiene, segurança e qualidade da água para os usuários atendidos. Além disso, o valor estimado da contratação encontra-se dentro do limite legal estabelecido para contratações de pequeno valor, o que autoriza a realização da contratação direta, conforme previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133 de 2021.

Dessa forma, a dispensa de licitação mostra-se medida adequada e legalmente amparada, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e celeridade que regem a Administração Pública.

8. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Órgão: 03.00 – Fundo Municipal de Assistência Social;

Unidade: 03.001 – Sec. Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT;

Função: 08.244.16 – Assistência Comunitária;

Programa: 1.015 – Executar e Incrementar os Serviços de Assistência Social;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo;

Recurso: 2.660.0000.0000 – Recurso Federal;

Ficha: 517

Órgão: 03.00 – Fundo Municipal de Assistência Social;

Unidade: 03.001 – Sec. Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT;

Função: 08.244.16 – Assistência Comunitária;

Programa: 1.015 – Executar e Incrementar os Serviços de Assistência Social;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo;

Recurso: 2.661.0000.0000 – Recurso Estadual;

Ficha: 517

Órgão: 03.00 – Fundo Municipal de Assistência Social;

Unidade: 03.001 – Sec. Municipal de Assistência Social, Família e Trabalho – SEMASFT;

Função: 08.244.16 – Assistência Comunitária;

Programa: – 2.053 - Gerir, Coordenar e Estruturar a Administração da SEMASFT;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo;

Recurso: 1.500.0000.0000 – Recurso Próprio;

Ficha: 268

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Não produziu os resultados acordados;

9.1.1 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.1.2. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.1.3. Serão considerados para efeito de medição e pagamento os itens entregues efetivamente pela Contratada e aprovados pela fiscalização.

9.1.4. O Contratante deverá realizar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base na quantidade dos itens entregues e aprovados pela fiscalização, obedecida às condições previstas no contrato.

9.2. Do Recebimento

9.2.1 O prazo de entrega integral dos produtos é de 05 (cinco) dias, a contar da emissão da ordem de fornecimento.

9.2.2. Os materiais deverão ser entregues no CRAS, situada no endereço; Rua Eduardo Gomes 440 – Bairro Palheiral – Candeias do Jamari – Rondônia, no horário das 8h às 13h.

9.2.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

9.2.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

9.2.5 A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

9.3 Prazo de Pagamento:

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura. 9.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Fornecer os produtos conforme especificações, marcas, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pela Administração.

10.2 Entregar os produtos adquiridos estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.

10.3 Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive o frete.

10.4 Responsabilizar-se, com a transportadora, pela movimentação dos materiais até o endereço da contratante explícito no Termo

10.5 Aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Administração, conforme previsto na Lei federal nº 14.133/2021, quando for necessária.

10.6 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação.

10.7 Substituir, no prazo máximo de 24 h contando os dias úteis, no prazo de garantia, qualquer produto defeituoso que houver fornecido.

10.8 Entregar os materiais acompanhados de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE.

10.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Prefeitura Municipal e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

10.10 Manter durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação do certame.

10.11 Garantir a qualidade do(s) material(is), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa;

- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/21);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei 14.133)

IV) Multa:

- 1) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
- 2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei 14.133/21)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei 14.133/21).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/21)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei 14.133/21).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º)

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159). 1

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/21).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21

12. ESTIMATIVA DE CUSTOS

12.1 O valor total estimado da contratação corresponde a **R\$ 62.445,00(sessenta e dois mil quatrocentos e quarenta e cinco reais)**, montante que se encontra dentro do limite estabelecido para contratação por dispensa de licitação em razão do valor, conforme previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNID	VALOR TOTAL
1	Sulfato de alumínio, aspecto físico pó ou grânulos cristalinos, incolor a branco, fórmula química $Al(SO_4)_3 \cdot xH_2O$ (hidratado), peso molecular 342,14 + x(HO) g/mol, grau de pureza mínimo de 16,5% em óxido de alumínio, número CAS 17927-65-0. Fornecimento por quilo.	KG	1.060	R\$ 11,50	R\$ 12.190,00
2	Carbonato de sódio (barrilha leve), aspecto físico pó branco, higroscópico, inodoro, fórmula química Na_2CO_3 anidro, peso molecular 105,99 g/mol, pureza mínima de 99%, número CAS 497-19-8. Fornecimento por quilo	KG	1.100	R\$ 19,55	R\$ 21.505,00
3	Hipoclorito de cálcio, aspecto físico pó branco granulado, odor de cloro, fórmula química $Ca(ClO)_2$ anidro, peso molecular 142,98 g/mol, pureza mínima de 98%, teor mínimo de cloro 65%, número CAS 7778-54-3.	KG	500	R\$ 57,50	R\$ 28.750,00
VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 62.445,00			

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o art. 5º da Lei Federal nº 14.133 /2021, torna-se necessário que a contratada observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvida no objeto da presente contratação, contida nas legislações correlatas;

13.2 No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;

13.3 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

13.4 Qualquer comunicação pertinente ao contrato, a ser realizada entra Contratada e o Contratante, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisões sancionatórias ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, admitida a comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas, se devidamente comprovado o recebimento pelo particular.

14. DA LEGISLAÇÃO

14.1 Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

14.2 Decreto Municipal nº 8.768/2023 – Regulamenta, no âmbito da Administração Pública do Município de Candeias do Jamari/RO, o procedimento para o planejamento das licitações e contratações a que se refere a Lei nº 14.133 de abril de 2021, que "Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autarquias e fundacionais da União, dos Estados e dos Municípios";

14.3 Decreto Municipal nº 8775/2023 – Regulamenta, no âmbito da Administração Pública do Município de Candeias do Jamari/RO, as modalidades de licitação que se refere a Lei nº 14.133, 01 de Abril de 2021.

14.4 Decreto nº 12.807 de 2025, tem como objetivo atualizar os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SIRLEY BARBOSA DOS SANTOS ALVES

Agente de contratação

LUCIO LEONARDO ROJAS MEDRANO

Agente de contratação

ROZANGELA MARIA COSTA BORGES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 30/03/2026 às 11:01:55.





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **LUCIO LEONARDO ROJAS MEDRANO**,
CPF: 599.80*. **2-*2 em 30/03/2026 11:41:59, Cód. Autenticidade da Assinatura:
11X5.3V41.559W.8488.1266, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **SIRLEY BARBOSA DOS SANTOS ALVES**,
CPF: 486.26*. **2-*0 em 30/03/2026 11:36:00, Cód. Autenticidade da Assinatura:
11K1.0936.600W.W777.3152, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ROZANGELA MARIA COSTA BORGES**,
CPF: 269.90*. **2-*0 em 30/03/2026 11:30:43, Cód. Autenticidade da Assinatura:
11W7.7330.7434.376R.5452, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.428.669** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **ROZANGELA MARIA COSTA BORGES**, **CPF: 269.90*. **2-*0**, em **30/03/2026 - 11:30:43**

Código de Autenticidade deste Documento: 1138.6V30.643E.E47A.5157

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

